

Execução do plano é vital, diz Mulford

Subsecretário do Tesouro americano afirma que redução da dívida depende do cumprimento das metas aprovadas pelo FMI

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON — O subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos, David Mulford, disse na semana passada que a aprovação do plano econômico brasileiro pela diretoria do Fundo Monetário Internacional (FMI), na quarta-feira, colocou o Brasil diante de "um teste vital".

Segundo o alto funcionário americano, que garantiu o crucial apoio dos EUA ao acordo, apesar das reservas que tinha sobre seu conteúdo e viabilidade política, se o País demonstrar que é capaz de executar o plano de maneira continuada, coisas que hoje ainda são incertas, como um acordo substancial de redução da dívida com os bancos credores, começarão a acontecer. Na hipótese contrária, disse Mulford, os brasileiros "enfrentarão problemas extremamente difíceis".

Quando Mulford fez essas declarações, no início da tarde da quarta-feira, em sua pomposa sala do terceiro andar do prédio do Tesouro, a diretoria do Fundo estava reunida a seis quarteirões de distância e ainda não tinha se pronunciado. Certo do desfecho, ele se concentrou na mensagem que tinha a transmitir — e que repetiria 18 vezes na meia hora seguinte.

"Sabemos que o presidente Collor, o ministro Marcílio e o resto do gabinete compreen-

dem a importância absoluta de executar esse programa de forma continuada, de perseverar", disse Mulford. "Eles próprios têm nos dito que o Brasil não pode se dar ao luxo de mais uma decolagem falsa. O que está claro também, para nós, é que um desempenho sustentado da política econômica exigirá, além do compromisso da administração Collor, um esforço conjunto do Congresso, da comunidade de empresários e da população em geral."

Rigor na execução — Interlocutor mais frequente da sucessão de ministros da Economia e presidentes do Banco Central que o Brasil desfilou em Washington nos últimos sete anos, o alto funcionário americano enfatizou o imperativo da execução rigorosa do programa ao falar sobre as negociações com os bancos.

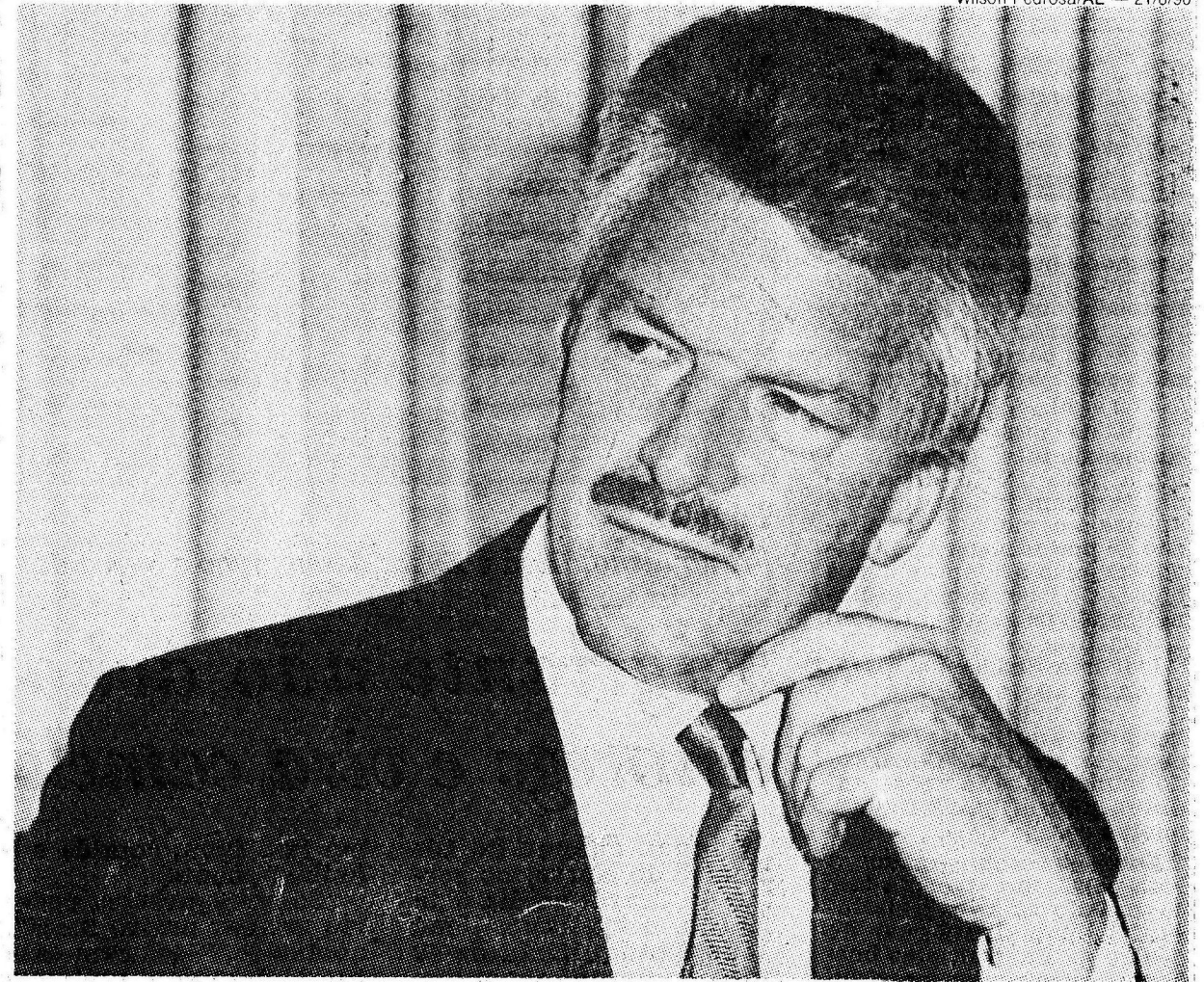
Um cenário possível, indicou ele, é que o atual programa sirva de base para um acordo de reestruturação da dívida. Outro, já posto na mesa pelos credores, é que as duas partes cheguem a um arranjo temporário, deixando um acordo definitivo para quando o Brasil, depois de demonstrar na prática seu empenho na execução do plano, negocie com o FMI o Extended Fund Facility — ou seja, um acordo ampliado.

Esta última hipótese já foi rejeitada, pública e veementemente, pelo presidente do

Banco Central, Francisco Gros. Em sua entrevista ao *Estado*, Mulford disse que a discussão deve ser resolvida entre o Brasil e os bancos. "Se eles acharem que têm (no atual plano) uma base para seguir adiante imediatamente, nós certamente daríamos nosso apoio", afirmou Mulford. Em qualquer caso, acrescentou, "no final tudo dependerá da execução sustentada e credível" do programa. "Essa é a forma mais rápida de o Brasil tirar o máximo de benefícios", afirmou.

"Acordo apropriado" — Indagado sobre a negociação da dívida brasileira com governos, que o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, inicia na Europa, o subsecretário do Tesouro revelou já ter aconselhado as autoridades brasileiras a buscar "um acordo apropriado" com o Clube de Paris. "Quero dizer que o acordo deve ser apropriado para os credores e esperamos não ter de enfrentar uma ampla gama de reivindicações extremas do Brasil", esclareceu.

Dentro dessas condições, Mulford disse acreditar que, a partir da execução séria do plano econômico aprovado pelo Fundo, o País conseguirá chegar a acordos com os credores que levem a uma racionalização de suas contas externas. "Sem isso, a longo prazo qualquer programa doméstico terá problema para ser bem-sucedido", afirmou.



Wilson Pedrosa/AE — 21/8/90

Última chance

Mulford: "O governo sabe que o Brasil não pode ter mais uma decolagem falsa"